

São Paulo, 15 de julho de 2019.

À

CVM – Comissão de Valores Mobiliários

Superintendência de Relações com Investidores Institucionais – SIN

Gerência de Investimentos Estruturados – GIES

**Ref.: Apresentação das Informações Trimestrais do Fundo de Investimento do
Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS - trimestre findo em 30 de
Junho de 2019**

Prezados Senhores

A Caixa Econômica Federal, na qualidade de administradora do Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (“Fundo”), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 09.234.078/0001-45, em atendimento ao artigo 26, item (I), subitens (a), (b), (c) e (d), da Instrução CVM nº 462, de 26 de novembro de 2007, vem apresentar as informações referentes ao trimestre encerrado em 31 de março de 2019.

Até o momento a última carteira divulgada pelo Custodiante do fundo foi de 31 de dezembro de 2018.

O reprocessamento das carteiras do fundo se deu por conta do fechamento das demonstrações financeiras do fundo, exercício social dezembro de 2018.

Com vistas, ao cumprimento do prazo legal para publicação do Informe do 2º Trimestre de 2019, seguem abaixo os dados de dezembro de 2019:

a) Valor Patrimonial em 31/12/2019 foi de R\$ 32.032.072.984,54.

b) Número de cotas emitidas e Valor patrimonial da cota:

Posição em 31/12/2019:

Quantidade de Cotas	16.485.824.976,394150
---------------------	-----------------------

A rentabilidade obtida no passado não representa garantia de resultados futuros. Os investimentos em fundos não são garantidos pelo Administrador, pelo Gestor ou pelo Fundo Garantidor de Crédito – FGC.

Valor Unitário da Cota

R\$ 1,94300697

c) Perfil Trimestral:

Segue abaixo quadro com a rentabilidade das cotas do Fundo no período a que se refere este relatório:

Período	Rentabilidade Nominal
Outubro/2018	3,30%
Novembro/2018	0,90%
Dezembro/2018	3,55%
No Período	7,93%
No Ano	11,17%

Patrimônio Líquido Médio de Outubro à Dezembro/2018 foi de R\$ 34.516.800.919,50.

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2018, o Fundo exerceu seu direito de voto em assembleias gerais das companhias em que tem participação.

Abaixo segue o resumo do teor dos votos proferidos pela Administradora, em nome do Fundo, no período e as respectivas justificativas.

1 ODEBRECHT TRANSPORT S.A.*Assembleia Geral Ordinária de Acionistas realizada em 22 de Abril de 2019*

Deliberar sobre: (a) o Relatório de Administração, o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018; (b) a destinação da totalidade do saldo do prejuízo do exercício social em 31 de dezembro de 2018; e, (c) a eleição de membros para o Conselho de Administração da Cia alteração no Estatuto Social da Cia. O FI FGTS foi chamado a deliberar por força da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em atenção às prerrogativas do Acordo de Acionistas e do Estatuto Social da Cia investida.

Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 28 de Junho de 2019

Deliberar sobre a eleição de membros para o Conselho de Administração da Cia alteração no Estatuto Social da Cia. O FI FGTS foi chamado a deliberar por força da Lei

6.404, de 15 de dezembro de 1976, em atenção às prerrogativas do Acordo de Acionistas e do Estatuto Social da Cia investida.

Assembleia Geral Extraordinária de Debenturistas realizada em 08 de Maio de 2019

Deliberar sobre a cessão dos direitos conferidos e obrigações, principais e acessórias, assumidas pela emissora no âmbito da Emissão e das Debentures para subsidiária da emissora. O FI FGTS foi chamado a deliberar por força da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em atenção às prerrogativas da Escritura de Emissão de debentures.

2 BRADO LOGÍSTICA E PARTICIPAÇÕES S.A.

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas realizada em 29 de abril de 2019

Em Assembleia Geral Ordinária (AGO) deliberar sobre: (a) Análise e aprovação das contas dos administradores, do Balanço Patrimonial e das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2018; (b) Análise e aprovação da proposta para destinação do resultado da Companhia, referente ao exercício social encerrado em 31/12/2018; (c) Fixação do número de membros para compor o Conselho de Administração da Companhia; e (d) Eleição dos membros do Conselho de Administração para o exercício 2019 e respectivos suplentes. Em Assembleia Geral Extraordinária (AGE) deliberar sobre: (a) Análise e aprovação da remuneração máxima global dos administradores da Companhia para o exercício de 2019 e consignar que a remuneração dos administradores da Companhia se dará exclusivamente por meio da Brado Logística S.A. (“BRADO L”), subsidiária integral da Companhia. O FI FGTS foi chamado a deliberar por força da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em atenção às prerrogativas do Acordo de Acionistas e do Estatuto Social da Cia investida.

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas realizada em 18 de junho de 2019

Deliberar sobre a alteração no Orçamento para o ano de 2019, conforme recomendado pelo Conselho de Administração da Companhia. O FI FGTS foi chamado a deliberar por força da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em atenção às prerrogativas do Acordo de Acionistas e do Estatuto Social da Cia investida.

3 VLI S.A.

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas realizada em 30 de Abril de 2019

Em Assembleia Geral Ordinária, deliberar sobre: (i) Aprovação de Contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da VLI, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (ii) Proposta para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; e (iii) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia e indicação do Presidente do Conselho de Administração. Em Assembleia Geral Extraordinária, deliberar sobre a fixação da remuneração anual e global dos administradores. O FI FGTS foi chamado a deliberar por força da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em atenção às prerrogativas do Acordo de Acionistas e do Estatuto Social da Cia investida.

4 VIA RONDON CONCESSIONÁRIA DE RODOVIA S.A.

Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Emissão realizada em 15 de abril de 2019

Deliberar sobre: (i) a alteração da taxa de juros da emissão; (ii) a inclusão de obrigação da cia emissora; (iii) a alteração do fluxo de amortização; (iv) a criação de 2 (duas) hipóteses de amortização obrigatória; (v) alteração de índices financeiros; (vi) a concessão de autorização à emissora para contratação de empréstimo; (vii) a declaração de não vencimento antecipado; (viii) autorização para alteração de dados para comunicação com o Agente Fiduciário descritos na Escritura; (ix) a inclusão de vedação a distribuição de dividendo superior ao mínimo obrigatório em Lei; e, (x) autorização ao Agente Fiduciário para, em conjunto com a Companhia, celebrar o aditamento à Escritura de emissão e demais documentos da Emissão. O FI FGTS foi chamado a deliberar por força da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em atenção às prerrogativas da Escritura de Emissão de debentures.

Assembleia Geral de Debenturistas da 1ª Emissão realizada em 14 de junho de 2019

Deliberar sobre a declaração ou não de vencimento antecipado da emissão. O FI FGTS foi chamado a deliberar por força da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em atenção às prerrogativas da Escritura de Emissão de debentures.

5 ALUPAR INVESTIMENTO S.A.*Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas realizada em 29 de abril de 2019*

Em Assembleia Geral Ordinária, deliberar sobre: (i) Aprovação de Contas dos Administradores e as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Cia, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (ii) Proposta para a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (iii) Definição do número de membros do Conselho de Administração da Companhia; e (iv) Eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia e indicação do Presidente do Conselho de Administração. Em Assembleia Geral Extraordinária, deliberar sobre a fixação da remuneração anual e global dos administradores. O FI FGTS foi chamado a deliberar por força da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em atenção às prerrogativas da Escritura de Emissão de debentures.

6 VLI S.A.*Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 22 de fevereiro de 2019*

Deliberar sobre: (i) reforma do Estatuto da Cia.; (ii) consignação da renúncia de membros do Conselho de Administração; e, (iii) eleição de membros para os cargos vagos. As matérias deliberativas foram aprovadas por unanimidade. O FI FGTS foi chamado a deliberar por força da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em atenção às prerrogativas do Acordo de Acionistas e o Estatuto Social da Cia Investida.

7 BRK AMBIENTAL PARTICIPAÇÕES S.A.*Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Cotistas realizada de 24 de abril de 2019*

Em Assembleia Geral Ordinária, deliberar sobre: (1) (i) Relatório de Administração; (ii) as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Cia; (iii) o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (2) a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (3) a aprovação da remuneração anual global dos administradores da Cia; (4) a consignação de renúncia de membro do conselho; e, (5) a eleição dos membros do Conselho de Administração da Companhia e indicação do Presidente do Conselho de Administração.

Em Assembleia Geral Extraordinária, deliberar sobre: (6) alteração do Estatuto social; (7) autorização para a administração submeter o pedido de registro da Cia na CVM; e, (8) aprovação para a administradora para obtenção do registro de companhia. As matérias deliberativas foram aprovadas por unanimidade. O FI FGTS foi chamado a deliberar por força da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em atenção às prerrogativas do Acordo de Acionistas e o Estatuto Social da Cia Investida.

Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 31 de maio de 2019

Deliberar sobre: (1) a realização, pela Companhia, de sua 4ª (quarta) emissão de debentures simples; e, (2) a autorização expressa para a Diretoria da Cia praticar todos os atos, tomar todas as providências e adotar todas as medidas necessárias relativas à emissão das Debêntures e à Oferta. O FI FGTS foi chamado a deliberar por força da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em atenção às prerrogativas do Acordo de Acionistas e o Estatuto Social da Cia Investida.

8 BRK AMBIENTAL – CENTRO NORTE PARTICIPAÇÕES S.A.

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas realizada em 29 de Abril de 2019

Em Assembleia Geral Ordinária, deliberar sobre: (1) Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Cia e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (2) a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (3) a eleição de membros para o conselho fiscal; e, (4) a eleição de membros para o conselho de administração. Em Assembleia Geral Extraordinária, deliberar sobre a remuneração global dos administradores da Cia. As matérias deliberativas foram aprovadas por unanimidade. O FI FGTS foi chamado a deliberar por força da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em atenção às prerrogativas do Acordo de Acionistas e o Estatuto Social da Cia Investida.

9 CONE S.A.

Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 18 e 27 de junho de 2019

Deliberar sobre a outorga de poderes pela Cia ao representante em consonância com o artigo 27 do Estatuto social. Assembleia suspensa e retomada em 27 de junho de 2019.

O FI FGTS foi chamado a deliberar por força da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em atenção às prerrogativas do Acordo de Acionistas e o Estatuto Social da Cia Investida.

10 YOSEMITE FUNDO DE INVESTIMENTO EM PARTICIPAÇÕES MULTIESTRATÉGIA

Assembleia Geral Extraordinária de Cotistas de Acionistas realizada em 28 de maio de 2019

Deliberar sobre: (i) aprovação de laudo de avaliação, nos termos previsto em Regulamento; e, (ii) instalação do comitê de investimento do fundo. O FI FGTS foi chamado a deliberar por força da ICVM 555, 578, em atenção às prerrogativas do Regulamento do fundo.

11 FOZ DO RIO CLARO ENERGIA S.A.

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas realizada em 29 de Abril de 2019

Deliberar sobre: (1) Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Cia e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (2) a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (3) a fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e dos diretores; e (4) a participação dos empregados e administradores nos resultados do exercício de 2018. O FI FGTS foi chamado a deliberar por força da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em atenção às prerrogativas do Acordo de Acionistas e o Estatuto Social da Cia Investida.

12 HIDROTERMICA S.A.

Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 31 de maio de 2019

Deliberar sobre (i) proposta de orçamento anual da administração da cia para o exercício social de 2019; e, (ii) proposta de mutuo extracompany. O FI FGTS foi chamado a deliberar por força da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em atenção às prerrogativas do Acordo de Acionistas e o Estatuto Social da Cia Investida.

13 FOZ DO RIO CLARO ENERGIA S.A.

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas realizada em 29 de Abril de 2019

Deliberar sobre: (1) Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Cia e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (2) a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (3) a fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e dos diretores; e (4) a participação dos empregados e administradores nos resultados do exercício de 2018. O FI FGTS foi chamado a deliberar por força da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em atenção às prerrogativas do Acordo de Acionistas e o Estatuto Social da Cia Investida.

14 IJUÍ ENERGIA S.A.

Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de Acionistas realizada em 29 de Abril de 2019

Deliberar sobre: (1) Relatório de Administração, as Demonstrações Financeiras Consolidadas da Cia e o Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (2) a destinação do resultado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018; (3) a fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e dos diretores; e (4) a participação dos empregados e administradores nos resultados do exercício de 2018. O FI FGTS foi chamado a deliberar por força da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em atenção às prerrogativas do Acordo de Acionistas e o Estatuto Social da Cia Investida.

15 LIGHT ENERGIA S.A.

Assembleia Geral de Debenturistas da 3ª Emissão realizada em 19 de junho de 2019

Deliberar sobre: (a) anuência previa para não cumprimento de covenants. O FI FGTS foi chamado a deliberar por força da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em atenção às prerrogativas da Escritura de Emissão de debentures.

16 LIGHT SERVIÇOS DE ELETRICIDADE S.A.

Assembleia Geral de Debenturistas da 8ª Emissão realizada em 19 de Junho de 2019

Deliberar sobre: (a) anuência previa para não cumprimento de covenants. O FI FGTS foi chamado a deliberar por força da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em atenção às prerrogativas da Escritura de Emissão de debentures.

17 LOGBRÁS PARTICIPAÇÕES E DESENVOLVIMENTO LOGÍSTICO S.A.

Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 15 de abril de 2019

Deliberar sobre a orientação de voto da Cia no sentido de aprovar empréstimo concedido à subsidiária. O FI FGTS foi chamado a deliberar por força da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em atenção às prerrogativas do Acordo de Acionistas e o Estatuto Social da Cia Investida.

18 MDCPAR S.A.

Assembleia Geral Extraordinária de Acionistas realizada em 6 de maio de 2019

Deliberar sobre o plano de recuperação judicial consolidado das subsidiárias ERB, recuperandas. O FI FGTS foi chamado a deliberar por força da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em atenção às prerrogativas do Acordo de Acionistas e o Estatuto Social da Cia Investida.

19 SANTO ANTONIO ENERGIA S.A.

Assembleia Geral de Debenturistas realizada em 22 de maio de 2019

Deliberar sobre a celebração do 4º Aditamento da Escritura de emissão, com as alterações propostas na formula de amortização. O FI FGTS foi chamado a deliberar por força da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em atenção às prerrogativas da Escritura de Emissão de debentures.

20 SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A.

Assembleia Geral de Credores realizada em 28 de maio de 2019

Deliberar sobre a aprovação, rejeição ou modificação do aditamento ao plano de recuperação judicial. O FI FGTS foi chamado a deliberar como credor nos termos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em atenção às prerrogativas do Processo de Recuperação Judicial.

Assembleia Geral de Credores realizada em 27 de junho de 2019

Deliberar sobre a aprovação, rejeição ou modificação do aditamento ao plano de recuperação judicial. O FI FGTS foi chamado a deliberar como credor nos termos da Lei 6.404, de 15 de dezembro de 1976, em atenção às prerrogativas do Processo de Recuperação Judicial.

Segue anexo o quadro Demonstrativo da Composição e Diversificação da Carteira do FI FGTS do dia 31 de dezembro de 2018.

Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos que se façam necessários pelo correio eletrônico supot02@caixa.gov.br.

Atenciosamente

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL

Demonstrativo da Composição e Diversificação da Carteira

Mês/Ano: 31 de dezembro de 2018

Nome do Fundo: Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviços - FI - FGTS

CNPJ: 09.234.078/0001-45

Administradora: Caixa Econômica Federal

CNPJ: 00.360.305/0001-04

Aplicações - Especificações	Espécie/ Tipo	Quantidade	Mercado/ realização R\$	% sobre o	
				patrimônio líquido	
Disponibilidades				1.000	-
Banco conta movimento				1.000	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez				7.237.351.307	22,59
LFT-O		22.127		218.284.136	0,68
NTN-O		7.867.557		7.019.067.171	21,91
Debêntures não conversíveis em ações				11.778.897.502	36,76
Alupar Investimento S.A.		300.000		376.594.456	1,18
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES		700.000.000		2.591.551.336	8,09
Brasilterm Participações S.A.		1.000		567.977.232	1,77
Centrais Elétricas de Pernambuco S.A. - EPESA		171.000.000		70.659.794	0,22
Concessionária da Rodovia Presidente Dutra S.A.		10.000		332.643.437	1,04
Eldorado Brasil Celulose S.A.		940.000.000		1.213.577.313	3,79
Iracema Transmissora de Energia S.A.		109.000		112.352.038	0,35
Light Energia S.A.		30.000		20.106.664	0,06
Light Serviços de Eletricidade S.A.		470.000		315.004.400	0,98
Odebrecht Transport S.A.		7.950		99.863.601	0,31
Porto do Agu Operações S.A.		750.000		1.630.729.868	5,08
Santo Antônio Energia S.A.		1.520.120		3.210.531.624	10,02
Teles Pires Participações S.A.		65.000		694.277.376	2,17
TESC - Terminal Santa Catarina S.A.		88.000		98.427.428	0,31
ViaRondon Concessionária de Rodovia S.A.		300.000		444.600.936	1,39
Cotas de fundos				1.873.642.472	5,85
Caixa Fundo de Investimento Participações Amazônia Energia		1.161.703.765		453.928.153	1,42
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IV Energisa Centro Oeste		641		644.086.465	2,01
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios IV Energisa Centro Oeste - Série 2		700		703.744.938	2,20
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Energisa 2008		100		71.999.282	0,22
Fundo de Investimento em Participações Sondas		634.146.341		-116.366	0,00
Ações sem cotação em bolsa				6.189.876.548	19,33
Brado Logística e Participações S.A.	ON	2.857.143		211.196.655	0,66
Odebrecht Saneamento	ON	415.699.980		1.920.867.899	6,00
Cone S.A.	ON	35.099.302		390.514.286	1,22
Energimp S.A.	ON	460.437.026		0	0,00
Foz do Rio Claro Energia S.A.	PN	32.793.440		112.082.160	0,35
BRK AMBIENTAL - CENTRO NORTE P	ON	90.600.000		700.571.621	2,19
Hidrotérmica S.A.	ON	55.667.283		59.071.191	0,18
Ijuí Energia S.A.	PN	42.041.590		47.380.876	0,15
J. Malucelli Energia S.A.	ON	179.681		207.284.928	0,65
Logbras Participações Desenvolvimento Logístico S.A.	ON	90.000.000		93.126.600	0,29
MDCPar S.A.	ON	3.757.260		16.293.454	0,05
OAS Óleo e Gás S.A.	ON	1.309.916		0	0,00
OAS Óleo e Gás S.A.	PNA	1.786.061		0	0,00
OAS Óleo e Gás S.A.	PNB	2.063.983		0	0,00
Odebrecht Ambiental Participações S.A.	ON	510.551.593		0	0,00
Odebrecht Transport S.A.	ON	64.400.045		0	0,00
VLI S.A.	ON	1.413.854.823		2.431.486.881	7,59
Ações com cotação em bolsa				3.829.411.484	11,95
Alupar Investimentos S.A.		35.162.754		644.533.281	2,01
Banco do Brasil S.A.		68.506.737		3.184.878.203	9,94
Ações preferenciais resgatáveis				522.813.491	1,63
Hidrotérmica S.A.		67.796.610		522.813.491	1,63
Valores a receber				991.189.515	3,09
Valores a receber Energisa S.A. (Crédito Judicial)				763.373.943	2,38
Outros valores a receber OAS S.A.				227.815.572	0,71
Total do ativo				32.423.183.320	101,20
Valores a pagar				391.110.335	1,20
Taxa de administração				36.797.244	0,10
Auditoria e custódia				491.268	-
Acerto Dividendos Brado				48.861	-
Contas a Receber (Leniência, Sete Brasil, TESC e Brasilterm)				-1.411.423.614	(4,41)
Provisão para Perdas (Leniência, Sete Brasil, TESC e Brasilterm)				1.765.196.577	5,51
Patrimônio líquido				32.032.072.985	100,00